



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 32 | Jan./Jun. de 2025

**Eduardo Oliveira Parente**

*Secretaria de Educação do Estado do Ceará /SEDUC -CE.*

edu.o.parente@gmail.com

**“PENSANDO E REPENSANDO  
UM MOVIMENTO SOCIAL  
CONSERVADOR E  
REFORMISTA”: A legião  
cearense do trabalho em  
perspectiva.**

**“THINKING AND RETHINKING  
A CONSERVATIVE AND  
REFORMIST SOCIAL  
MOVEMENT”: The legião  
cearense do trabalho in  
perspective**

---

## RESUMO

O presente artigo busca analisar as interpretações sobre a Legião Cearense do Trabalho (1931 – 1937). Inicialmente, como demonstrado, a LCT foi tratada, em diversas obras acadêmicas, como tema acessório para a compreensão da Ação Integralista Brasileira no Ceará e como uma organização elitista de pura manipulação e controle sobre os trabalhadores. Argumenta-se que, apesar do seu caráter conservador, não é possível reduzir a LCT a um apêndice da história do Integralismo e, muito menos, imaginar que se tratou de um ardis para ludibriar a classe operária. Pensada prioritariamente a partir da experiência dos trabalhadores, a Legião, que foi sem dúvida um movimento com programa corporativista, se tornou uma força propulsora da sindicalização operária e por diversas vezes foi acionada e cobrada pelos trabalhadores para intermediar e solucionar problemas típicos do mundo do trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalhadores, corporativismo, Legião Cearense do Trabalho.

---

## ABSTRACT

This article seeks to analyze interpretations of the Legião Cearense do Trabalho (1931–1937). Initially, as demonstrated, the LCT was treated in several academic works as an accessory

theme for understanding the Ação Integralista Brasileira in Ceará and as an elitist organization of pure manipulation and control over workers. It is argued that despite its conservative character, it is not possible to reduce the LCT to an appendix of the history of Integralism, much less to imagine that it was a ruse to deceive the working class. Conceived primarily from the experience of workers, the Legião, which was undoubtedly a movement with a corporatist program, became a driving force for workers' unionization and was called upon and demanded on several occasions by workers to mediate and solve typical problems in the world of work.

**Keywords:** Workers, corporatism, Legião Cearense do Trabalho.

### “Novos rumos às classes do trabalho do Ceará”

Um grande evento no Teatro José de Alencar, em agosto de 1931, marcou o lançamento oficial da Legião Cearense do Trabalho (LCT) em Fortaleza. Preparada ao longo de várias semanas, essa solenidade deveria representar a consagração de um novo projeto político focado na organização e mobilização da classe trabalhadora. Diversas autoridades políticas, militares e eclesiásticas compareceram ao evento, o que credenciava a Legião como um movimento que desfrutava do apoio de grupos influentes. De forma ainda mais impressionante, uma multidão calculada em oito mil trabalhadores fez questão de marcar sua presença, lotando a parte interna do teatro e ocupando seu entorno.<sup>1</sup>

O idealizador e primeiro líder da LCT foi o tenente Severino Sombra.<sup>2</sup> Ao longo de vários dias, Sombra havia visitado várias agremiações de trabalhadores, na tentativa de sensibilizar e arregimentar os grupos que já possuíam uma organização estável. Sua empreitada foi observada de perto pela hierarquia eclesiástica, tanto que o jornal católico *O Nordeste* publicou diversas matérias sobre esse périplo e comemorando o que julgou como “Novos rumos às classes do trabalho do Ceará” (*O NORDESTE*, 7 jul. de 1931, p. 5). A investida obteve êxito. O próprio tenente se mostrou satisfeito e surpreso com as adesões obtidas, como deixou registrado em

---

<sup>1</sup> Estavam presentes, pela Igreja, monsenhor Quinderé, representando o arcebispo Dom Manoel da Silva Gomes; cônego José de Lima, vigário do Carmo; padre Geminiano Bezerra, vigário do Patrocínio; monsenhor José Gonçalves Resende e padres Lauro França, Misael Gomes, Helder Câmara e Paulino Heleiledent. Das autoridades estaduais e locais estavam presentes: major João da Silva Leal, interventor interino; Capitão Castro e Silva, comandante do 23º BC; major Ribeiro Montenegro, ajudante de ordens da interventoria; Dr. Urbano de Almeida, prefeito municipal; Clóvis Fontenelle, delegado de polícia; Tertuliano Menezes, delegado da polícia marítima; capitão Mário Hechster, comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros; Dr. Menezes Pimentel, diretor da Faculdade de Direito; Emílio Falcão, representante do diretor dos correios; e, evidentemente, “representantes de todas as classes e associações”. (*A RAZÃO*, 25 ago. 1931, p. 8).

<sup>2</sup> Severino Sombra de Albuquerque nasceu em Maranguape (Ceará), no ano de 1907. A partir de 1915, iniciou seus estudos no Colégio Marista (instituição católica) e em 1923 ingressou na Escola Militar do Realengo (RJ). Frequentou o Centro Dom Vital e se tornou admirador do intelectual católico Jackson de Figueiredo. Estava no Rio Grande do Sul quando do movimento de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder. Em 1931, foi promovido a tenente, retornando ao Ceará, quando entrou em contato de forma mais intensa com organizações católicas e associações operárias locais, iniciando a constituição da Legião Cearense do Trabalho. Em 1932, foi convidado por Salgado Filho como consultor do Ministério do Trabalho. Nesse mesmo ano, quando da Revolta Paulista, adotou posição contra o Governo Vargas, tentando sublevar a Legião, sem sucesso. Foi preso e exilado (em Portugal) até 1934. Retornando ao Brasil, tentou disputar com Plínio Salgado a liderança da Ação Integralista Brasileira, em Vassouras, não logrando êxito. De volta ao Ceará, não retomou o comando da LCT, criando, então, um movimento paralelo chamado “Campanha Legionária”, mas sem alcançar a mesma expressividade. Durante o Estado Novo, assumiu a defesa do regime e, após a redemocratização, ocupou posições em departamentos e agências diversas. Manteve envolvimento com legendas políticas como o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN). Em 1965, afastou-se da vida político-partidária, se dedicando às atividades educacionais. Severino faleceu em 12 de março de 2000.

discurso proferido no Teatro José de Alencar e reproduzido pouco depois no opúsculo *O Ideal Legionário*:

Se eu a concebi e a tornei uma realidade, *ela não se concretizaria se eu não encontrasse um ambiente preparado para ouvir-me e compreender-me*, não encontrasse, sobretudo, a generosidade da confiança neste moço que, desconhecido no meio operário, abalançou-se a peregrinar pelas suas associações, propondo um conagraçamento e apontando um futuro.

*E se todos se admiram como esta ‘Legião’ pôde organizar-se tão depressa, o mais maravilhado sou eu, é o seu chefe.* (SOMBRA, 1931, p. 7-8)

O momento de constituição da LCT se mostrava alvissareiro local e nacionalmente. O movimento de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, parecia abrir oportunidades para novos projetos sociais. Não à toa, tão logo Vargas assumiu o controle do país, a classe trabalhadora foi eleita como sujeito político prioritário, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Em discurso, Lindolfo Collor, primeiro titular da pasta, salientava que “a existência da questão social entre nós nada tem de grave ou de inquietador; ela representa um fenômeno mundial, é demonstração de vida, de progresso. O que de inquietador e grave aparece no Brasil é a preocupação de ignorar oficialmente problemas dessa natureza e desse alcance” (CORREIO DA MANHÃ, 2 dez. 1930, p. 2). O “Ministério da Revolução”, como ele chamou o MTIC, oficialmente criado em novembro de 1930, vinha para dar início a essa nova etapa, visando interferir de forma significativa no mundo do trabalho.

Não muito tempo depois, a Igreja Católica divulgava a Encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), retomando e atualizando os princípios expostos, quarenta anos antes, pela Encíclica *Rerum Novarum* (1891). Resumidamente, a Igreja reafirmava sua autoridade de guia espiritual diante dos desafios da modernidade. A doutrina social católica, conforme as duas encíclicas, defendia a dignidade do trabalho e do trabalhador, o valor ético das atividades produtivas, a manutenção e difusão da propriedade privada, uma distribuição mais justa das riquezas e toda uma noção de justiça social sedimentada em três suportes essenciais: a) fortalecimento das formas associativas; b) definição e cumprimento de direitos essenciais quanto ao salário vital,

tempo de descanso e proteção especial às mulheres e crianças; c) papel maior do Estado como mantenedor da ordem e protetor dos trabalhadores. Rejeitando tanto os postulados liberais quanto o socialismo, a Igreja propunha uma ordem corporativa.

Em seu programa, a Legião estava definida como uma “organização de associações populares e de classe”, com finalidade “econômica, política e social”, apontando explicitamente para um projeto corporativista, muito influenciado pelas elaborações católicas, mas também pelas práticas e ideias correntes entre os diferentes grupos de trabalhadores.

Conforme os estatutos da Legião, qualquer associação contando com, no mínimo, 30 sócios poderia fazer parte da LCT, ficando na obrigação de “acatar os avisos, instruções e circulares do Chefe, os decretos e resoluções do Conselho e as decisões do Tribunal Legionário”. O Chefe teria mandato de três anos, podendo ser renovado por mais três. Curiosamente, nenhum chefe completou um mandato inteiro. Na sua ausência, um triunvirato assumiria o comando. O Conselho funcionaria como órgão deliberativo e suas decisões teriam “força de lei para as sociedades legionárias”. Cada sociedade teria direito a indicar duas pessoas para compor o Conselho. O Secretariado teria a incumbência de auxiliar o Chefe em todas as atividades e manter intercâmbio constante com as associações. O Tribunal Legionário de Conciliação e Arbitragem, composto por cinco membros também escolhidos pelo Conselho, funcionaria como “órgão solucionador obrigatório das pendências entre os legionários”. (SOMBRA, 1931, p. 49-53).

Para o “ideal legionário”, o liberalismo e o socialismo são como faces da mesma moeda e, portanto, incapazes de solucionar efetivamente a tormentosa questão social. Na perspectiva proposta pela Legião, que acompanha fielmente o pensamento social católico, o trabalho não deveria ser compreendido como uma simples mercadoria e não poderia ficar submetido às leis da oferta e da procura; igualmente, o trabalhador precisava ter garantida sua dignidade como pessoa e sua integração plena à sociedade. A partir de tal reflexão se desdobra uma das propostas de maior alcance da LCT naquele momento: os contratos coletivos de trabalho, nos quais seriam definidos “o salário vital, as horas de trabalho, o repouso dominical, o limite de trabalho de menores e mulheres, o regime de conciliação e arbitragem e garantidas as condições higiênicas e morais”. Ainda eram sugeridas a participação nos lucros e a cogestão das empresas. As ações cooperativas e assistenciais

deveriam ser fortalecidas. O direito de propriedade era garantido, focando em sua “disseminação”. As caixas de socorro mantidas por operários, patrões e Estado, precisavam ser ampliadas, garantindo recurso “nas doenças e na velhice [do operário] e o de sua família”.

A unificação dos serviços médicos, hospitalares e judiciários aparecia como proposta. No âmbito da educação, apostava-se na expansão das escolas operárias e no ensino profissional. Agências de colocação eram previstas como uma meta da LCT, objetivando auxiliar o trabalhador a obter uma ocupação. As vilas operárias, construídas por patrões ou pelo Estado, eram apresentadas como uma solução possível para a questão da moradia, e o direito de greve, por fim, era reconhecido como “recurso extremo na defesa de um direito”, desde que utilizado “dentro da ordem e jamais em caráter violento”.

Em suas finalidades políticas, a Legião propunha a “integração das classes trabalhadoras organizadas” na vida política do país, não através dos partidos tradicionais, mas, sim, mediante a representação classista. A legislação social era apresentada como peça chave para “ratificar as reivindicações” operárias, com a defesa do direito de livre associação, “sem tirânicas imposições estatistas”. Nos meios jurídicos, era demandado o reconhecimento, o quanto antes, de um “regime de conciliação e arbitragem das comissões mistas de patrões e trabalhadores”. Os contratos coletivos, já citados, deveriam ser legalizados, como “obra preliminar de salvaguarda do trabalho”.

Em sua finalidade social, a LCT propunha o “advento de uma nova ordem”, na qual o individualismo era repudiado e a economia devia estar subordinada “aos valores morais”, baseada em uma lógica “distributista e um regime corporativo”. Para garantir a plena execução de tal projeto, era reivindicada a “intervenção do Estado”, mas feita de forma “justa e limitada”, longe do socialismo (SOMBRA, 1931, p. 45-49). A ideia de revolução era frontalmente recusada. A única revolução aceitável era a dos espíritos, a revolução moral. A conciliação de classes deveria substituir a luta de classes. A solução para os problemas da vida social, econômica e política passava por canais de pressão essencialmente pacíficos, via reformas sociais. Ou seja, revolução não, reformas sim.

A estratégia propugnada para mediar acordos entre patrões e trabalhadores passava pela realização de contratos coletivos e pela criação de Tribunais de Arbitragem. Como forma de dar o exemplo, na estrutura da Legião era previsto um órgão chamado, justamente, Tribunal Legionário de Conciliação e Arbitragem, composto por operários e homens com formação no campo do direito, todos eleitos pelos integrantes do Conselho Legionário. Embora fossem pouco simpáticos à greve, e muito mais afeitos à política de negociações e conciliações, as lideranças legionárias não deixaram de estar presentes e auxiliar diversos movimentos grevistas.<sup>3</sup>

Importante registrar que a Legião vivenciou reviravoltas, ligadas, essencialmente, às transformações no contexto político da época e pela sua dinâmica interna. Uma dessas reviravoltas ocorreu quando do exílio de Severino Sombra, por ter apoiado a Revolta Paulista de 1932. Importante notar que não foi seguido pelos demais expoentes da Legião. Tal mudança não significou um decréscimo nas atividades legionárias, ao contrário. Entre 1932 e 1934, temos o período de maior atividade dos grupos de trabalhadores ligados à LCT. Nos anos de 1933 e 1934, inclusive, foi editado o periódico *Legionário* e ocorreram diversas greves.

### **“A febre de associação”**

No seu lançamento oficial, a LCT contava com 22 sociedades federadas. No início de 1934, em seu auge, contabilizava 94 associações, sendo 52 em Fortaleza e 42 no interior do estado (O NORDESTE, 15 jan. 1934, p. 3). Tais adesões pareciam acontecer de forma relativamente rápida. Era comum o recebimento de telegramas informando que determinadas associações haviam decidido hipotecar seu apoio, como no caso dos círculos operários das cidades de Cascavel e de Limoeiro, que decidiram participar pouco depois do lançamento oficial da Legião (O NORDESTE, 4 set. 1931, p. 8). O mesmo aconteceu com o Círculo Operário de Juazeiro e com a

---

<sup>3</sup> Vários nomes foram se agregando ao legionarismo, participando e/ou colaborando de alguma forma: o também tenente Jeovah Motta, que se tornaria o segundo líder da LCT; padre Helder Câmara, que assumiria a liderança da Juventude Operária Católica e teria grande papel na “sindicalização feminina”; o professor de direito Waldemar Falcão, que se tornaria ministro do trabalho durante o Estado Novo; o estudante de direito Ubirajara Índio do Ceará, com atribuições no secretariado da LCT, chefe interino alguns momentos e que seguiria carreira na Justiça do Trabalho.

“União Milagrense”, uma “cooperativa beneficente”, com quase 400 sócios, da cidade de Milagres (O NORDESTE, set. 1931, p. 6). A União Geral dos Trabalhadores em Padarias, de Fortaleza, após assembleia, também aprovou seu ingresso na LCT (O NORDESTE, 21 set. 1931, p. 8).

Em outras ocasiões, o vínculo era estabelecido mediante um contato direto de representantes da LCT com as associações. Foi assim, por exemplo, nas cidades de Aracati e de Quixadá. Na primeira, a visita de uma comitiva conseguiu obter as adesões da União Marítima Jesus dos Navegantes, do Círculo Operário de Aracati e da União Operária Santa Teresa (O NORDESTE, 30 set. 1931, p. 9). Severino Sombra visitou a Aliança Artística e Proletária de Quixadá, o que rendeu, pouco depois, o apoio desta associação (O NORDESTE, 6 out. 1931, p. 3). Também manifestaram seu apoio os círculos operários das cidades de Redenção e de Pacoti (A RAZÃO, Fortaleza, 12 nov. 1931, p. 2). Mas existia todo um cálculo político; mesmo associações visitadas desde o primeiro momento não chegaram a aderir de imediato. Foi o caso da Beneficente dos Tecelões:

Aquela agremiação que, em atitude de neutralidade, aguardava a consecução do programa legionário, acaba de reconhecer na ‘Legião’ única força organizada capaz de defender os direitos do proletariado.

Na mesma sessão foram nomeados representantes juntos à ‘Legião’, os Srs. Francisco Pereira da Silva e Antonio Nunes de Souza, prestigiosos membros da Beneficente dos Tecelões. (A RAZÃO, 17 nov. 1931, p. 3)

Na mesma data, foram recebidas as adesões do Sindicato dos Trabalhadores do Curtume de Fortaleza e da Legião Operária de Tianguá. O Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José de Sobral, em carta, afirmou que após acompanhar com atenção “o movimento de confederação que há no seio das classes operárias de Fortaleza” decidiu ser partícipe da LCT (O NORDESTE, 18 nov. 1931, p. 3).

Outra forma de crescimento foi através da fundação de novos sindicatos, mediante contato com as respectivas categorias. Alguns casos merecem destaque. No expediente do Secretariado, em outubro de 1931, o grupo legionário da cidade de Camocim comunicava a fundação e a adesão do Sindicato dos Trabalhadores do

Porto daquela localidade (A RAZÃO, Fortaleza, 17 out. 1931, p. 5). Das cidades do interior, foram mencionadas associações sendo fundadas em Pajuçara e em Caracuzinho (O NORDESTE, 8 out. 1931, p. 5; O NORDESTE, 21 out. 1931, p. 5). Em Fortaleza, o Sindicato dos Trabalhadores da *Light*, o Sindicato dos Engraxates, a União dos Trabalhadores em Cafés e Restaurantes, o Sindicato dos Sapateiros e o Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns contaram com franco apoio da LCT em seu início. No setor fabril, os trabalhadores que ainda não contavam com sindicatos também foram organizados em 1933, como o Sindicato dos Operários da Fábrica Ceará Industrial, o Sindicato da Usina Ceará e o Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria. Comentando sobre o assunto, o *Correio do Ceará* afirmava:

Então veio a febre de associação e todos os indivíduos que empregam suas atividades no mesmo ramo de vida, compreendendo a necessidade de zelar pelos seus interesses, fazendo valer os seus direitos, se agruparam em núcleos, revivendo o axioma – “a união faz a força”. (CORREIO DO CEARÁ, 31 jan. 1933, p. 6).

Várias categorias e sindicatos eram essencialmente masculinos, como os portuários, os ferroviários, os padeiros, os sapateiros, os trabalhadores dos bondes, os pedreiros, entre outros. O setor têxtil, por outro lado, reunia tanto homens quanto mulheres; essas também aparecem, em grande número, nos serviços domésticos. Eusébio Mota, antiga liderança entre os ferroviários, relembra que nos anos 1930 foram criados muitos sindicatos, comentando que “até as aguadoras de covas, no cemitério, foram sindicalizadas” (ALENCAR, 1965, p. 41). Na atividade de “sindicalização feminina” despontava Padre Helder Câmara, que desenvolvia atuante papel na Juventude Operária Católica (JOC), conforme divulgado no *Legionário*:

De início serão organizadas as lavadeiras e engomadeiras, as domésticas (copeiras, amas e cozinheiras) e rendeiras.

Tem havido nos bairros da capital reuniões necessárias de organização de núcleos e sub-núcleos destes sindicatos.

[...]

O movimento é católico e legionário, como é o jocismo, e por isso está fadado a empolgar, em breves dias, as operárias em geral, que a semelhança dos operários, irão ter os seus sindicatos onde serão ventilados os assumptos do seu interesse.

Assim como os operários fabris e artistas tem os seus sindicatos, onde os seus vários problemas, depois de examinados e discutidos, são encaminhados às soluções, as lavadeiras, engomadeiras, domésticas, etc. precisam também possuir o seu órgão de defesa, que é, indiscutivelmente, o sindicato. (LEGIONÁRIO, 13 maio 1933, p. 5).

Para a Legião, os sindicatos possuíam uma importância de elevada grandeza, sendo entendidos como as células fundamentais de um novo sistema político a ser constituído. Para a LCT, os partidos eram instituições de puro divisionismo, da demagogia e do atomismo, logo, não teriam lugar no programa da LCT. Os trabalhadores organizados nos sindicatos é que escolheriam seus representantes e, assim, participariam da vida política nacional, coerente com o pensamento corporativista.

Agregar uma rede de associações na capital, nas cidades do interior, nos distritos isolados e nos campos, portanto, era a meta por excelência. O sindicato era apresentado aos trabalhadores como “o único defensor possível para as suas aspirações, para as suas necessidades, para os seus anseios de justiça”:

O sindicato inicialmente lhes fornecerá o médico, o advogado, a escola para os filhos, livrando-os, assim, de fortes laços de submissão ao patrão, ao rendeiro, ao coronel, ao chefe político. O sindicato se transformará no advogado de suas aspirações de classe, organizando o programa de suas necessidades, pois estas somente no sindicato poderão ser vistas, sentidas, compreendidas.

O sindicato se constituirá o seu órgão de comunicação com os governos, com as autoridades, esclarecendo as pretensões e os interesses da classe, e amparando-os convenientemente e proficientemente (CORREIO DO CEARÁ, 30 jan. 1933, p. 4).

A proposta retém todo o aparato previdenciário e assistencial, sem qualquer descontinuidade em relação ao que era praticado pelas diversas associações. Ao mesmo tempo, elevava o sindicato ao papel de intermediário político frente o Estado, o que garantiria maior autonomia da classe em relação aos patrões, sem que isso implicasse qualquer perspectiva revolucionária ou de confrontação aberta.

Tal projeto rivalizava e disputava com outras tendências, em especial com o comunismo, mas também com o corporativismo estatal. A tensão entre uma linha corporativa mais autônoma em relação ao Estado Vargas permeia toda a história da LCT. Inicialmente, a Legião sustentou uma estratégia de recusa em relação à oficialização dos sindicatos, criticando severamente o decreto nº 19.770 de março de 1931. Ao mesmo tempo, fazia ampla divulgação dos projetos e das leis trabalhistas decretadas. Essa postura não é, em si, contraditória, pois possuía uma lógica própria no interior das disputas políticas e das relações de força. Essa estratégia foi mantida pelo menos até 1934. A partir dessa data foi avaliada como contraproducente. Daí em diante a opção preferencial foi pela busca do reconhecimento oficial dos sindicatos.

As lideranças legionárias, a partir de 1933, tentaram costurar uma aproximação, ou talvez até uma fusão, entre a Legião Cearense do Trabalho e a Ação Integralista Brasileira, que, no entanto, não parece ter sido abraçado de forma tão ampla e entusiasmada pelas bases quanto o foi pelos líderes.<sup>4</sup> Para uma parte importante dos trabalhadores, apesar das similaridades ideológicas, a Legião não seria exatamente idêntica ao Integralismo e, assim, as duas organizações mantiveram rotinas próprias e autonomia operacional.

A LCT buscou uma fórmula que pudesse combinar três identificações: a primeira diretamente pelo prisma do mundo do trabalho, a segunda através de uma identificação nacional e, por fim, o elemento religioso, enquanto católicos, embora não exigisse afirmação confessional. Se entendermos que símbolos são capazes de condensar ideias e ideais, talvez a melhor síntese de tais perspectivas estivesse expressa na bandeira legionária. Confeccionada a partir de um esboço sugerido em reunião da Legião e doada por um grupo de senhoras da elite local (indicando o ideal de colaboração entre as classes), a bandeira mantinha um retângulo verde e um losango amarelo (similar a bandeira nacional, indicando rejeição do

---

<sup>4</sup> Jeovah Motta, por exemplo, acumulou a função de líder da LCT e chefe provincial da AIB no Ceará.

internacionalismo), com um círculo branco contendo em seu interior um braço musculoso (representando o trabalhador forte e laborioso) erguendo uma balança como símbolo da busca por justiça social.

Em seus rituais, tal combinação foi mantida. Ao lotar as ruas e tomar simbolicamente o espaço público, a bandeira legionária era erguida junto com os estandartes das associações, privilegiando datas nacionais, como o 7 de setembro, o aniversário de fundação da Legião, em agosto, e, com suma importância, o 1º de Maio. Como menciona Hobsbawn, o 1º de Maio pode ser considerado o “mais ambicioso dos rituais do operariado”, pois, além do seu caráter internacional, possuía a “característica essencial de ser uma apresentação pública e regular de uma classe em si, uma afirmação de poder” (HOBSBAWN, 2015, p. 127). Para a LCT, buscando se diferenciar das correntes políticas revolucionárias como o Anarquismo e o Comunismo, a data do trabalhador não era apresentada explicitamente como um momento de luta, mas como um momento de festa, como a consagração e dignificação do trabalhador que buscava, de forma ordeira e não subversiva, seu lugar na ordem social.

### **A Legião pensada e repensada pelo olhar acadêmico**

A Legião Cearense do Trabalho, direta ou indiretamente, foi objeto de atenção de cientistas políticos, sociólogos e historiadores. Inicialmente, na década de 1970, a Legião aparece como tema de pesquisa de forma subsidiária em relação ao Integralismo.<sup>5</sup> É exatamente a partir do interesse pela Ação Integralista Brasileira que a LCT foi mencionada como exemplo de movimento de direita precursor da AIB. Tal perspectiva está presente, por exemplo, nos trabalhos de Edgard Carone e no estudo clássico de Héglio Trindade sobre o Integralismo.

Em uma coletânea de documentos, Carone situa a Legião em tópico intitulado “O fascismo brasileiro”, ressaltando que enquanto “as outras agremiações pretendem o apoio da pequena burguesia, a Legião Cearense do Trabalho conseguiu a adesão do operariado”. Para ele, a partir de 1932, a Legião foi “absorvida pelos integralistas”

---

<sup>5</sup> Nosso interesse aqui não é, portanto, esmiuçar a ampla e crescente bibliografia acerca do Integralismo. Sobre o assunto, consultar OLIVEIRA (2010).

(CARONE, 1973, p. 296). A única fonte transcrita foi o Estatuto da LCT, extraída do opúsculo *O Ideal Legionário*. Em obra seguinte, mais uma vez Carone menciona a Legião, ressaltando rapidamente o papel de Severino Sombra, as adesões obtidas de várias “sociedades e sindicatos”, seguido pelo exílio de Sombra, o que “permitiu os adeptos de Plínio Salgado controlarem todo o movimento e lhe darem nova diretiva” (CARONE, 1976, p. 196).

Hélgio Trindade, por sua vez, menciona uma “ascensão da direita na década de 1930”, com o surgimento de “vários movimentos de inspiração fascista”, a maioria de pouca expressão e pequeno número de integrantes, com “exceção da Legião Cearense do Trabalho, que teve penetração regional importante”. No geral, segundo o autor, a importância de tais movimentos seria restrita, exceto no sentido de terem “precedido e reforçado a convergência ideológica de direita”, cujo resultado seria, claro, a AIB. Trindade, ao analisar a LCT, se além ao opúsculo *Ideal Legionário* e realizou entrevistas com Severino Sombra e Jeovah Motta em 1970 (TRINDADE, 1979, p. 103-123).

Para ambos, como fica evidente, o movimento legionário só interessa como expressão localizada que prenuncia o surgimento do Integralismo e que serviria de base para o seu crescimento. A LCT não desperta interesse por si mesma, em sua dinâmica e possíveis diferenciações e/ou divergências em relação a outros movimentos, inclusive em relação ao próprio Integralismo. Para os dois, a AIB ganha muito mais atenção, o que se explica por ter alcançado dimensão nacional. Claro que devemos ter em mente que os autores não tinham como objetivo esmiuçar a origem e dinâmica da Legião e muito menos estavam interessados na história dos trabalhadores. Nas décadas seguintes, as pesquisas em Ciências Sociais e História, de certa maneira, apresentam tônica similar. Nos estudos realizados nos anos 1980 e 1990, a Legião majoritariamente aparecia como temática necessária, porém complementar, para a compreensão da gênese e características do Integralismo cearense. Em outras palavras, o legionarismo é tratado como assunto acessório em relação ao Integralismo. Com destaque, temos a pesquisa de mestrado de Josênio Parente (de 1984), publicada nos anos seguintes com o título “Anauê: os camisas-verdes no poder”, e o trabalho de João Alfredo Montenegro, intitulado “O Integralismo no Ceará: variações ideológicas”.

O título da obra de Montenegro se torna exemplar. A Legião é entendida tão somente como uma “variação” no interior do movimento do sigma. Segundo ele, o Integralismo se desenvolveu no Ceará com “muito vigor”, animado pela “ação vibrante de lideranças fortes” (MONTENEGRO, 1986, p. 11). Analisando o que considera uma “trajetória *sui generis*” do “credo verde” no Ceará, o autor destaca o “elevado protagonismo” de Severino na tarefa de “organização do braço operário do Integralismo” e nas reflexões “ao redor do Catolicismo Social”, o que o tornou, graças ao “seu talento oratório”, um “grande aliciador das massas”. A análise de Montenegro apresenta alternâncias. Em um primeiro momento, a Legião, segundo ele, “não deriva propriamente da filosofia ou da práxis do sigma”, mas da criatividade de Severino Sombra, “inspirado basicamente na Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, nas fontes clássicas do Corporativismo”. Para Montenegro, possuindo o movimento do sigma “tendência absorvente”, seria promovida “com mais algum tempo, a extinção da LCT”. Mais adiante afirma ser “procedente a asserção de que ela [a Legião] apareceu e cresceu à sombra do Integralismo” (MONTENEGRO, 1986, p. 18-46). Tais afirmações são, no mínimo, desconcertantes, já que não escapa ao autor que “a AIB é de criação posterior” e que facilmente se verifica que a Legião manteve sua existência institucional separada, não sendo “absorvida” ou desaparecendo dentro do Integralismo.

Ainda segundo Montenegro, o “avanço na organização sindical” não teria nos trabalhadores seus agentes principais, pois foi realizada “por impulso de motivações de fora”. Para ele, a “classe trabalhadora ainda se encontrava longe de desenvolver por si própria o dinamismo que, nos países capitalistas mais adiantados, a torna agente da história”. Na fraqueza da classe trabalhadora, “as elites” é que teriam sido responsáveis pela elaboração de projetos de reforma social (MONTENEGRO, 1986, p. 47).

Josênio Parente, também interessado em uma possível “especificidade do caso cearense” em relação ao Integralismo, apresentou uma análise com mais nuances e analisou a formação e atuação da LCT de forma bem mais detida que os autores citados anteriormente. Nas palavras do autor, a “presença operária” na AIB cearense era um assunto que carecia de mais aprofundamento. O movimento integralista no Ceará, para Josênio Parente, continua sendo majoritariamente “de classe média”, embora alguns de seus membros tenham uma ampla *prática operária*,

o que deixou “uma marca expressiva no movimento local” (PARENTE, 1999, p. 49-50). Justamente nesse intento, o autor questiona se existiu realmente uma fusão entre AIB e LCT, considerando que continuaram, apesar de tudo, como movimentos paralelos. A análise é mais atenta à complexidade ao tratar dos vínculos entre os dois movimentos, embora muito ainda necessitasse ser esclarecido (PARENTE, 1999, p. 152).

Ainda na produção dos anos 1980, o capítulo de Sebastião Rogério Ponte se tornou referência obrigatória nos estudos sobre a Legião. Ponte destoa dos demais autores ao estar interessado centralmente em entender a LCT sem colocá-la em segundo plano em relação ao Integralismo. Vale destacar que realizou entrevistas com Severino Sombra e Jeovah Motta (em 1983), que hoje fazem parte do acervo do Núcleo de Documentação Cultural (NUDOC) do Departamento de História da UFC. Na análise de Ponte, o contexto político, social, cultural e religioso ganhou destaque como fator explicativo para a gênese e sucesso da Legião – recusando a ideia de que a capacidade oratória e carismática de Severino Sombra seria o elemento determinante. O autor se interessou pelo imaginário, projeto político e simbologias, embora fundamentalmente incorra em considerar a visão de Sombra como sendo a visão do conjunto, o que parece minimizar a ação dos trabalhadores nesse processo. Na avaliação e conclusão de Ponte: “Paternalista, reacionária, autoritária e elitista, a Legião Cearense do Trabalho significou controle e impedimento do avanço operário cearense rumo à sua emancipação sócio-econômica-política” (PONTE, 1994, p. 387).

Nos anos 1990, a dissertação de mestrado de Raimundo Barroso Cordeiro Júnior pretendeu “analisar a constituição política do ideário da Legião Cearense do Trabalho”. Interessou ao autor a “produção utópica” elaborada pelas figuras de liderança em um projeto de “reordenação do social” (CORDEIRO JR., 1992, p. 1-2). Raimundo Barroso, ciente que os trabalhadores eram o alvo por excelência do discurso legionário, buscou desvendar os fatores que explicavam a aproximação entre as lideranças e os operários, desenvolvendo ampla reflexão sobre o ativismo intelectual e o pensamento católico nas décadas de 1920 e 1930; sobre a “imaginação legionária”, no tocante à visão de uma nova realidade; e, por fim, como os trabalhadores eram representados no projeto legionário, como foi pensada a estrutura sindical, os rituais e emblemas mobilizados pelo legionarismo. Raimundo Barroso avança na reflexão, ao recusar ideias de “imaturidade” ou “infância” da classe como

elementos explicativos, reconhecendo que não se trata de pensar em uma ação oportunista ou demagógica de certas “elites”, mas de uma relação no interior do jogo de forças social. Apesar do evidente avanço em termos de pesquisa, a investigação não adentra um terreno espinhoso que seria identificar como efetivamente se desenvolvia o relacionamento entre as figuras de comando e os trabalhadores.

Outro estudo dos anos 1990 foi a pesquisa de Liana Amaral sobre o periódico *Legionário*, editado semanalmente pela Legião a partir de 1933. Dividida em três partes, a autora se debruça, primeiramente, em uma reflexão geral sobre cultura operária e formação da classe, seguida de considerações sobre a imprensa operária, para, por fim, analisar alguns aspectos do semanário da LCT. Para ela, o periódico da *Legião*, apesar do seu caráter “atípico”, já que ligado a um movimento de caráter conservador, pode ser considerado exemplo de jornal operário. Nas palavras de Amaral: “Embora tenha sido um jornal antiliberal, anticomunista e contrário à luta entre as classes [...] o *Legionário* era – ao contrário do que se poderia pensar – um órgão verdadeiramente representativo da classe” posto que, embora com certos limites, expressava “as expectativas, o imaginário e o modo como o operariado católico via o mundo” (AMARAL, 1995, p. 114-115).

Em obra organizada por Willian Mello, em 2016, o interesse pela Legião Cearense do Trabalho é retomado seguindo, em parte, a ênfase de sua conexão com o Integralismo. Os capítulos de Mello, Wendell Guedes da Silva e João Rameres Regis merecem destaque. Rameres Regis retoma reflexões desenvolvidas em sua tese de doutorado, argumentando que, principalmente nos municípios do interior cearense, o integralismo se harmonizou com as práticas e a cultura política dominante, marcada pelo coronelismo. Para o autor, se é imprescindível atentar para a atuação da LCT na gênese da AIB local, já que compartilharam em determinado momento lideranças comuns, seria equivocado falar em uma ligação orgânica entre as duas (REGIS, 2016, p. 11-50).

Mello, por sua vez, entende a LCT como manifestação de um projeto político de direita junto aos trabalhadores, o que marcaria, na sua análise, uma inflexão política da classe operária. Willian Mello constrói sua argumentação insistindo na habilidade da elite para compor uma base social que pudesse representar múltiplos interesses (integrando, assim, os trabalhadores) e na ligação entre a LCT e a AIB. Nas palavras do autor, o “surgimento da LCT e da AIB em Fortaleza (e no Ceará) figura

como resposta da elite local ao liberalismo econômico e político e encontra uma ressonância entre os trabalhadores na cidade”, complementando que “foi um movimento conduzido pela elite com influência expressiva entre trabalhadores”, o que, na sua avaliação, gerava uma situação contraditória, pois “os trabalhadores organizavam e apoiavam politicamente um sistema responsável por sua condição de exploração” (MELLO, 2016, p. 51-72).

O capítulo de Wendell Guedes da Silva, por fim, está interessado em compreender a atuação dos dois primeiros líderes da LCT, Severino Sombra e Jeovah Motta, utilizando com destaque as entrevistas cedidas pelos então generais ao historiador Sebastião Rogério Ponte em 1983. O texto, dialogando com os aportes da história política e história intelectual, oferece interessantes considerações sobre a trajetória dos dois indivíduos e, evidentemente, sobre suas experiências junto aos trabalhadores durante a existência da LCT (SILVA, 2016, p. 125-169). Em tal análise, como sugerimos em outra ocasião, seria relevante a incorporação de forma mais ampla as considerações da historiografia sobre memória, identidade e subjetividade (PARENTE, 2018, 56-77).

Mudando a perspectiva de análise, buscamos repensar a trajetória da LCT tomando como foco prioritário a ação dos trabalhadores. A formação da Legião se concretizou a partir da confluência de duas forças fundamentais: a atuação de uma militância católica, devidamente informada nas ideias da doutrina social da Igreja, e as múltiplas experiências e tradições prévias dos diversos grupos de trabalhadores, que foram incorporadas no programa e na prática da Legião. A maioria dessas associações eram fundamentalmente mutualistas ou sindicatos com extensa prática beneficente. A práxis legionária, portanto, foi amplamente influenciada pelo que já era costumeiro entre os grupos de trabalhadores e buscou oferecer respostas concretas para suas necessidades, como a unificação e expansão dos serviços médicos, atendimento jurídico, fortalecimento de escolas sindicais, agência de colocação e intermediação em diferentes querelas típicas do mundo do trabalho, incluindo a demanda pelo cumprimento das leis trabalhistas (PARENTE, 2020, p. 81-110).

Durante muito tempo, a historiografia dedicou bem mais atenção ao movimento operário organizado e animado a partir de ideias mais a esquerda, focando prioritariamente em grupos Anarquistas, Socialistas e Comunistas e, muitas vezes, tomando interpretações para a realidade do Centro-sul, notadamente São Paulo,

como automaticamente válidas para o conjunto do país (GOMES, 1997). Simultaneamente, a experiência operária do período após 1930 costumava ser analisada com uma certa condescendência ou mesmo desdém, como se a classe tivesse perdido sua combatividade. Associações mutualistas, sindicatos mais afeitos ao reformismo, ou ainda, grupos de trabalhadores organizados em base confessional pareciam esquecidos ao se falar da trajetória da classe trabalhadora. Tal tendência, evidentemente, foi transformada nas últimas décadas (BATALHA, 2001; CHALHOUB; SILVA, 2009).

A historiografia ganhou profundidade ao alargar temas, problemas e fontes. As múltiplas formas de organização dos trabalhadores ganharam uma atenção bem maior, por exemplo, nos estudos sobre o mutualismo. Paralelamente, significativos contingentes de trabalhadores organizados em associações de base confessional – principalmente católicas – passaram a ser assunto de interesse, deixando de lado certo desprezo por grupos assumidamente conservadores e normalmente desconsiderados na agenda historiográfica por dificilmente terem atuado através de grandes ações grevistas. É nesse sentido que podemos inserir os estudos sobre os Círculos Operários Católicos estudados particularmente por Souza (2002), Santos (2004) e Pereira (2009).

Sobre tais grupos conservadores eram atribuídas características focadas na intenção de domesticação dos trabalhadores, amortecendo os enfrentamentos, arrefecendo o espírito de luta e os desviando de seus “reais interesses”. No caso, os trabalhadores acabavam sendo representados, neste viés, como cooptados, iludidos e/ou manipulados. Essas novas pesquisas superaram os exageros e simplificações de tais imagens, demonstrando que tais organizações se tornaram importantes na formação da classe trabalhadora e protagonizaram formas específicas de reivindicar direitos.

As contribuições da história social, notadamente de E.P. Thompson e Eric Hobsbawm, foram de grande importância. No caso de Thompson, não se trata de utilizar as fórmulas consagradas do curto prefácio d'A formação da classe operária inglesa, e muito menos tomar o processo inglês como modelo, mas na inspiração da metodologia que procura dar conta da variabilidade das experiências, em contextos também mutáveis, colocando foco tanto nas forças que impactam na vida dos trabalhadores quanto na ação desses como sujeitos (FORTES, 2006). Thompson

também indicava a relevância de entender o fazer-se da classe como um processo, sensível, portanto, à dimensão do tempo, e de se considerar as tradições prévias dos trabalhadores.

Ao obter adesão de várias categorias, a LCT se tornou representante de milhares de trabalhadores, hegemonizando (pelo menos até o final de 1934) a liderança operária na capital cearense, com ramificação em cidades do interior. Insisto que fazer parte da LCT não significava estar em uma gaiola de ferro. Era necessário, para as lideranças da Legião, forjar uma concordância, alcançar um grau de consenso. Além do mais, foi preciso assimilar e oferecer respostas às demandas operárias, ou seja, os líderes da LCT, para se credenciar como representantes legítimos de boa parte dos trabalhadores, tiveram que dialogar e atuar decididamente em defesa dos interesses dos operários, entrando em choque com os interesses da classe patronal.

Sendo assim, reduzir a existência da Legião Cearense do Trabalho a um grande artil de militantes conservadores e autoritários para ludibriar e tutelar os trabalhadores seria reforçar a ideia de uma reiterada domesticação do operariado, como se os trabalhadores fossem coadjuvantes de um enredo escrito por outros, ou indivíduos anestesiados e manipulados atuando em prol da própria exploração. Acompanhando com atenção os anos de existência da LCT, percebemos que a realidade era bem mais complexa, especialmente nos momentos mais críticos, como os movimentos grevistas.

A *Gazeta de Notícias* sugestivamente comentou que não era possível “obscurecer o fato de as ‘paredes’, embora em caráter pacífico, se verificarem, após a fundação da Legião, com mais frequência que anteriormente” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 nov. 1933, p. 3). Tão logo uma greve findava, parecia que outra despontava no horizonte, isso sem contar os inúmeros atritos que não chegaram a desembocar em uma ação grevista. É muito sugestivo que uma instituição assumidamente conservadora, que defendia a manutenção das hierarquias e diuturnamente alardeava os méritos da conciliação de classes, tenha estado envolvida em tantos episódios grevistas. Isso se explica, primeiramente, pelo fato de que a Legião, que não era revolucionária, adotava posições reformistas, defendendo um conjunto de reivindicações arrojadas. À medida que os trabalhadores começaram a requerer a intermediação da LCT em uma série de questões, a instituição entrou no foco do conflito social. Sendo ainda mais específico: para manter a posição e a

credibilidade, os chefes precisavam se empenhar verdadeiramente em prol das demandas operárias. Os líderes legionários foram, assim, por diversas vezes, arrebatados pelo ímpeto, pela energia, pelas necessidades e pelas expectativas dos trabalhadores.

Entendemos, portanto, que os trabalhadores não foram os alvos cooptáveis de grupos conservadores, eles foram partícipes da constituição da LCT e da sua atuação. Em certa medida, a Legião também era deles e respondia (ou deveria responder) aos seus interesses e necessidades. Ao invés de pensar em termos unidirecionais, como se toda produção discursiva e programática fosse oriunda unicamente de cima para baixo, muito melhor acompanhar Carlo Ginzburg e pensar que os trabalhadores, os pobres, os subalternos produzem ideias, crenças, códigos de comportamento e significados que não são um acúmulo deformado e desorganizado da produção cultural dominante ou do que é imposto pela classe dominante, mas sim o resultado de uma ampla *circularidade cultural*, com influência recíproca entre lideranças e liderados (GINZBURG, 1987, p. 15-31). Como argumentou Ângela de Castro Gomes: “Não há público passivo e, portanto, entre a intenção da mensagem emitida e o entendimento do público há um grande espaço para novas elaborações” (GOMES, 2004, p. 176).

Do repertório de temas ditos e repetidos pelos chefes, eles filtravam e ressignificavam os conteúdos, da mesma forma que selecionavam o que mais lhes interessava e cobravam ações específicas. As próprias lideranças, por diversas vezes, se tornavam cientes de tais movimentos e tanto atuavam para incorporar as temáticas que faziam parte do arcabouço de ideias e aspirações operárias quanto tentavam transformar as percepções e diluir as resistências. Essa relação deve entendida como uma interlocução: se as lideranças da LCT pretendiam guiar e liderar os trabalhadores, esses souberam se articular e, em vários momentos, levar adiante seus interesses, aproveitando-se da estrutura, apoio e força da Legião. Enquanto existiu, o legionarismo, visto pela ótica dos trabalhadores, passava longe de ser apenas um movimento doutrinal, de pura pregação política no qual eles iriam sorver os princípios ditados por outros. A adesão a LCT implicava uma postura ativa, com significativo grau de pragmatismo quanto aos benefícios possíveis de uma agregação mais ampla, que potencializaria sua força relativa e na qual, insistimos, envolvia ampla circularidade de ideias e práticas, constante interlocução e rearranjos.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Liana Viana do. **O Legionário: dimensões culturais na formação da classe operária**. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, 1995.

BATALHA, Claudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. *In*: Marcos César de Freitas. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CARONE, Edgard. **A Segunda República (1930 – 1937)**. São Paulo: DIFEL, 1973.

CARONE, Edgard. **A República Nova (1930 – 1937)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v.14, nº 26, 2009.

CORDEIRO JR. Raimundo Barroso. **A Legião do Trabalho: política e imaginário no Integralismo cearense**. Fortaleza. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1992.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 34, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Temas clássicos, temas novos, perspectivas renovadoras. *In*: ARAUJO, Ângela (org.) **Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira**. São Paulo: Scritta, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária**. 6ª.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LIMA, Ana Cristina Pereira. **Obreiros pacíficos: o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José**. (Fortaleza, 1915 – 1931). 2009, Dissertação.

Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MELLO, Willian. A Legião Cearense do Trabalho, o Integralismo e os trabalhadores cearenses (1931 – 1937): apontamentos para um debate. *In*: \_\_\_\_\_. (org.) **Legionários, “galinhas verdes” e a política no Ceará (1929 – 1940)**. Fortaleza: EdUECE, 2016.

MONTENEGRO, João Alfredo. **O Integralismo no Ceará**: variações ideológicas. Fortaleza: IOCE, 1986.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A evolução dos estudos sobre o Integralismo. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 36, n. 1, p. 118-138, jan./jun. 2010.

PARENTE, Eduardo Oliveira. Catolicismo militante e mutualismo operário na constituição da Legião Cearense do Trabalho. *In*: NEVES, Frederico de Castro; RAVENNA, Monyse. (orgs.) **Seca, cultura e movimentos sociais**: ensaios em História Social. Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

PARENTE, Eduardo Oliveira. Memórias da liderança: Severino Sombra, Jeovah Motta e a Legião Cearense do Trabalho. **Revista de História Bilros**: História(s), Sociedade(s), Cultura(s). Vol. 06, n. 11, 2018.

PARENTE, Josênio. **Anauê**: os camisas-verdes no poder. Fortaleza: EDUFC, 1999.

PONTE, Sebastião Rogério. Legião Cearense do Trabalho. *In*: SOUSA, Simone de. (org.) **História do Ceará**. Fortaleza: 2ª ed. Fundação Demócrito Rocha, 1994.

REGIS, João Rameres. Integralistas e legionários na política cearense no pós-1930. *In*: MELLO, Willian (org.) **Legionários, “galinhas verdes” e a política no Ceará (1929 – 1940)**. Fortaleza: EdUECE, 2016.

SANTOS, Jovelina. **Os Círculos Operários no Ceará**: “instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915-1963). 2004. Dissertação. Mestrado Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

SILVA, Wendell Guedes da. O catolicismo e a ‘Sombra’ do conservadorismo: os chefes da Legião Cearense do Trabalho (LCT) em perspectiva. *In*: MELLO, Willian

(org.) **Legionários, “galinhas verdes” e a política no Ceará** (1929 – 1940). Fortaleza: EdUECE, 2016.

SOMBRA, Severino. **Ideal Legionário**. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1931.

SOUZA, Jessie Jane Vieira. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo** (o fascismo brasileiro na década de 30). 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

---

**Eduardo Oliveira Parente**

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professor da Secretaria da Educação Básica do Ceará. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: história do trabalho, movimento operário, corporativismo, cultura política, cidade. Atualmente dedica-se à análise da experiência operária nos anos 1930 em Fortaleza.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/2919373121363099>